

Estágio supervisionado em cursos de licenciatura: reflexões de docentes formadores**Study supervised in licensing courses: reflections of teaching teachers**

DOI:10.34117/bjdv5n7-224

Recebimento dos originais: 14/07/2019

Aceitação para publicação: 08/08/2019

Christina Vargas Miranda e Carvalho

Mestre em Ciências

Doutoranda em Educação Química

Instituto Federal Goiano – Campus Urutaí, Universidade Federal de Uberlândia

Endereço: Rod. Geraldo Silva Nascimento, Km 2,5 - Zona Rural, Urutaí (GO)

E-mail: christina.carvalho@ifgoiano.edu.br

Luciana Aparecida Siqueira Silva

Mestre em Biologia; Doutoranda em Educação

Instituto Federal Goiano – Campus Urutaí, Universidade Federal de Uberlândia

Endereço: Rod. Geraldo Silva Nascimento, Km 2,5 - Zona Rural, Urutaí (GO)

E-mail: luciana.siqueira@ifgoiano.edu.br

Cristiana Barra Teixeira

Doutora em Educação

Universidade Federal do Piauí – Picos, Universidade Federal de Uberlândia

Endereço: Rua Cícero Duarte, nº 905 - Junco, Picos (PI)

E-mail: cristiana_barra@yahoo.com.br

Maxwell Severo da Costa

Mestre em Química

Instituto Federal Goiano – Campus Urutaí

Endereço: Rod. Geraldo Silva Nascimento, Km 2,5 - Zona Rural, Urutaí (GO)

E-mail: maxwell.severo@ifgoiano.edu.br

Débora Astoni Moreira

Doutora em Engenharia Agrícola

Instituto Federal Goiano – Campus Urutaí

Endereço: Rod. Geraldo Silva Nascimento, Km 2,5 - Zona Rural, Urutaí (GO)

E-mail: debora.astoni@ifgoiano.edu.br

RESUMO

Apresentamos nesse texto, as análises e reflexões realizadas a partir da nossa experiência e vivência como professores condutores do Estágio Supervisionado em cursos de licenciatura. Para tanto, realizamos uma abordagem das questões legislativas da formação de professores que envolvem o Estágio Supervisionado e das concepções de diferentes pesquisadores do

campo educacional. Discutimos sobre alguns aspectos desafiadores da profissionalização do professor, enfocando a importância da indissociabilidade entre a teoria e a prática.

Palavras-chave: Estágio Supervisionado, Formação docente, Teoria e Prática, Professor Formador.

ABSTRACT

We present in this text the analyzes and reflections made from our experience and experience as conducting teachers of the Supervised Internship in undergraduate courses. To do so, we approach the legislative issues of teacher training involving the Supervised Internship and the conceptions of different researchers in the field of education. We discuss some challenging aspects of teacher professionalization, focusing on the importance of the inseparability between theory and practice.

Keywords: Supervised Internship, Teacher Training, Theory and Practice, Teacher Trainer.

1 CONTEXTO DO RELATO

Nos últimos anos, a formação do professor ganhou destaque no meio educacional por aspectos variados, que vão desde as necessidades formativas, a análise crítica da formação atual às propostas de reestruturação curriculares (FRANCISCO JUNIOR; PETERNELE; YAMASHITA, 2009; LORENCINI, 2009). Tem sido um tema de destaque em pesquisas (CARVALHO; GIL-PÉREZ, 2006; PERRENOUD et al., 2007; ZEICHNER, 2008) e de preocupação por parte da sociedade, da academia e/ou órgãos governamentais, responsáveis pela implementação de políticas de formação e de atuação, nos diversos níveis da escola pública.

Ao considerarmos a formação de professores como foco de nossa investigação, percebemos inúmeras situações que estão imbricadas nesse campo de estudo. Dentre estas, destacaremos no presente texto, o Estágio Supervisionado, como espaço de articulação entre a teoria e a prática no processo formativo de professores da Educação Básica (EB). Nesse sentido, Pimenta e Lima (2004) salientam que

o reducionismo dos estágios às perspectivas da prática instrumental e do criticismo expõe os problemas na formação profissional docente. A dissociação entre teoria e prática aí presente resulta em um empobrecimento das práticas nas escolas, o que evidencia a necessidade de explicitar por que o estágio é unidade de teoria e prática (e não de teoria *ou* prática) (p. 41)

Assim, propusemos neste trabalho, apresentar as análises e reflexões realizadas a partir da nossa experiência e vivência como professores condutores do Estágio Supervisionado em cursos de licenciatura.

Para tanto, realizamos uma abordagem das questões legislativas da formação de professores que envolvem o Estágio Supervisionado. Apresentamos as concepções de diferentes pesquisadores do campo educacional no que tange ao Estágio Supervisionado nos cursos de licenciatura. Discutimos sobre alguns aspectos desafiadores da profissionalização do professor, enfocando a importância da indissociabilidade entre a teoria e a prática.

2 ASPECTOS LEGISLATIVOS DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES VOLTADOS AO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Um requisito importante na formação de professores, bem como em vários outros cursos de graduação, é o Estágio Supervisionado que é definido pelo Decreto nº 87.497/1982 (BRASIL, 1982), como sendo o conjunto das atividades de ensino-aprendizagem relacionadas ao meio social, profissional, cultural e didático-pedagógico, proporcionadas ao aluno pela participação em situações reais de vida e trabalho, realizado na comunidade em geral e junto a pessoas jurídicas de direito público ou privado.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (BRASIL, 1996) trouxe como inovação a eliminação do currículo mínimo e o estabelecimento das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para os cursos de graduação, que regulamentou o Estágio Curricular Supervisionado, definindo que todo curso de licenciatura deve oferecê-lo para a formação de professores que poderão atuar na rede de ensino pública ou privada de nosso país. E ainda, a LDB situa o professor como eixo da qualidade da educação, trazendo a associação teoria e prática como uma das questões essenciais na formação docente.

A Resolução do Conselho Nacional da Educação CNE/CP nº 01 de 18 de fevereiro de 2002 (BRASIL, 2002), que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, apresenta um conjunto de princípios, fundamentos e procedimentos a serem observados na organização institucional e curricular de cada estabelecimento de ensino, e aplicam-se a todas as etapas e modalidades da Educação Básica. Este documento enfatiza a valorização da prática durante os cursos de formação de professores, e numa nova visão da prática, deverá estar presente desde o início do curso e permanecer durante toda a formação. E ainda, deverá ser desenvolvida com ênfase nos procedimentos de observação e reflexão, visando a atuação de forma contextualizada, com registros das observações realizadas e a resolução de situações-problemas.

As atuais DCN para a formação de professores são definidas pela Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015 do Conselho Nacional da Educação CNE/CP (BRASIL, 2015). Este

documento institui que a carga horária dos Cursos de Licenciatura será efetivada mediante a integralização de, no mínimo, 3.200 (três mil e duzentas) horas, com duração de, no mínimo, 8 (oito) semestres ou 4 (quatro) anos. Tal carga horária deve garantir a articulação teoria-prática nos termos dos seus projetos pedagógicos, conforme apresentado no Quadro 1.

Quadro 1. Carga horária mínima que deve ser cumprida nos Cursos de Licenciatura

Dimensão Curricular	Carga horária mínima (h)
Prática como Componente Curricular (PCC)	400
Estágio Curricular Supervisionado	400
Atividades formativas (núcleo de estudos de formação geral, das áreas específicas e interdisciplinares, do campo educacional, de aprofundamento e diversificação de estudos das áreas de atuação profissional)*	2.200
Atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos estudantes (núcleo de estudos integradores para enriquecimento curricular)**	200
Total	3.200

Fonte: Brasil (2015). Considere: Atividades estruturadas pelos núcleos definidos no Art. 12 incisos I e II (*) e inciso III(**).

No que se refere ao currículo dos Cursos de Licenciatura, este deve contemplar a parte de conteúdos, relativa aos conhecimentos específicos da área e também, a parte pedagógica, relativa ao preparo do licenciando para o exercício da docência, de acordo com as instruções legislativas. Por tais razões, cada Curso de Licenciatura deve apresentar em seu Projeto Pedagógico do Curso (PPC), as especificidades e peculiaridades de seus cursos, abrangendo diferentes características e dimensões da iniciação à docência, mediante as orientações definidas pelo Art. 12 da Resolução 02/2015 (BRASIL, 2015) para criação dos seus núcleos. Ainda, o PPC deve conter as normas e orientações para o Estágio Supervisionado (BRASIL, 2008), visto que, o estágio curricular supervisionado “é componente obrigatório da organização curricular das licenciaturas, sendo uma atividade específica intrinsecamente

articulada com a prática e com as demais atividades de trabalho acadêmico” (BRASIL, 2015, Art. 13).

3 CONCEPÇÕES ACERCA DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES

O Estágio Supervisionado caracteriza-se como o exercício da experiência profissional, por meio de uma vivência em ambientes escolares, levando o aluno à interpretação da realidade educacional nas instituições de ensino. Por meio dos estágios é possível consolidar os conhecimentos adquiridos no decorrer do curso e estabelecer a relação entre teoria e prática. Nesse sentido, o estágio deve ser pensado segundo Schön (1992) não como a aplicação de teorias e técnicas, mas como algo que leve o acadêmico a repensar sua prática docente e intervir na realidade educacional.

De acordo com Pimenta e Lima (2004, p. 34), “a finalidade do estágio é propiciar ao aluno uma aproximação à realidade na qual atuará, para isso, o estágio tem de ser teórico-prático, ou seja, a teoria é indissociável da prática”. As autoras defendem uma nova postura, uma redefinição do estágio, que deve caminhar para a reflexão, a partir da realidade.

O estágio é a parte prática dos cursos de formação de professores e que muitos cursos de licenciatura, na sua grade curricular, dão ênfase a um aglomerado de disciplinas isoladas entre si, sem articular a teoria e a prática, como saberes que se complementam. E mais, para as disciplinas teóricas há uma carga horária maior que para as práticas (PIMENTA; LIMA, 2004). Nesse sentido, Alarcão (1996) afirma que, o estágio deve ser considerado tão importante como os outros conteúdos curriculares do curso.

A formação dos professores está entre as três variáveis mais importantes no ensino de qualidade, em que, segundo Morin (2001), a primeira variável envolve a instituição, a qual deve ser inovadora, aberta, dinâmica, cujo projeto pedagógico seja coerente, aberto, participativo, com infraestrutura adequada e tecnologias de ponta acessíveis. A segunda envolve a questão dos docentes, os quais devem estar bem preparados seja intelectual, emocional e moralmente, bem remunerados e num ambiente propício ao acompanhamento e orientação dos alunos. A terceira diz respeito aos próprios alunos, os quais devem estar motivados e preparados e com possibilidades de gerenciamento pessoal e grupal.

Assim, percebemos o quão influenciador se torna a instituição e os professores atuantes nos cursos de licenciatura na formação dos professores. Para tanto, a matriz curricular deve ser bem planejada e executada mediante os pressupostos da legislação vigente e os

licenciandos, professores em formação, devem ser motivados e preparados para exercerem bem a sua profissão de formação. No entanto, Diniz-Pereira (2011) nos adverte que

mesmo que a legislação educacional brasileira, no que tange à formação de professores, tenha avançado ao insistir no princípio da indissociabilidade teoria-prática na preparação desses profissionais e, para tal, determinado um aumento significativo da carga horária teórico-prática nas licenciaturas, isso não garante que as nossas instituições de ensino superior seguirão tal princípio e traduzirão em propostas curriculares tal ideia (p. 213).

Nesse cenário, preparar o futuro professor, na atualidade, necessita oferecer-lhe momentos práticos para reflexões sobre esse mesmo ensino, antecedendo a sua atuação enquanto docente, para a tomada de consciência de que ser professor é assumir uma prática pedagógica de investigação e não ser um repetidor de conhecimentos (BAPTISTA, 2003). Corroborando com essa ideia, Fernandez e Silveira (2007) afirmam que um docente bem qualificado profissionalmente exerce o verdadeiro papel de cidadão dentro do contexto social, à medida que atua como um agente multiplicador de conhecimentos e contribui com a formação de mais cidadãos participativos e possuidores de espírito crítico, verdadeiro objetivo da Educação Nacional.

Destacamos que, um importante componente curricular que muito contribui na orientação das disciplinas de Estágio Supervisionado é a disciplina de Didática. A Didática e o Estágio Supervisionado no processo de formação do professor concebem o trabalho docente como práxis, onde a unidade teoria/prática se caracteriza pela ação/reflexão/ação; o professor aprende, compreende e transforma a situação de ensino e ao mesmo tempo é transformado por ela (BOLFER, 2008). Corroborando com essa ideia, Libâneo (2008) elucida que

a didática generaliza as manifestações e leis de aprendizagem para o ensino das diferentes disciplinas. Ao efetuar essa tarefa de generalização, a didática se converte em uma das bases essenciais das didáticas específicas. Sendo assim, não se pode a rigor falar de uma didática “geral”, nem de métodos gerais de ensino aplicáveis a todas as disciplinas. A didática somente faz sentido se estiver conectada à lógica científica da disciplina que é ensinada. Ela oferece às disciplinas específicas o que é comum e essencial ao ensino, mas respeitando suas peculiaridades epistemológicas e metodológicas (p. 67).

O estágio é um momento de propiciar ao aluno a complementação do seu ensino e da sua aprendizagem, relacionando aspectos do conhecimento específico com o conhecimento pedagógico. É importante que seja planejado, executado, acompanhado e avaliado em conformidade com os princípios legais que dão exatidão a essa função, no sentido de ser um instrumento de integração, aperfeiçoamento teórico-prático, assim como de relacionamento

humano. Andrade (2005) revela que, ao aplicar a teoria como referência e a prática como ferramenta no Estágio Supervisionado, o professor tem a possibilidade de vivenciar a realidade da escola e o comportamento dos alunos, dos professores e dos profissionais que o compõem.

Desse modo, o professor que o estagiário acompanha, profissional atuante na Educação Básica, e o professor condutor do estágio, profissional da Instituição de Ensino Superior (IES), são sujeitos imprescindíveis para a boa execução e andamento do Estágio Supervisionado. Esses profissionais devem se articular e manter-se conectados ao propósito do Estágio, assim, os licenciandos terão a oportunidade de vivenciar o contexto escolar sendo conduzido por professores já experientes e que poderão contribuir muito com a formação desse futuro professor. Diante disso, concordamos com Libâneo (2014) ao expor que

são como momentos experienciais em que os futuros professores estabelecem contato mais direto com o campo de trabalho profissional, ou seja, uma aproximação à realidade escolar em suas várias facetas tendo em vista a reflexão sobre essa mesma realidade para o enriquecimento da dimensão prática da teoria (p. 139).

É a partir da proposta de intervenção do professor que conduz o Estágio Supervisionado nos cursos de licenciatura que as ações dos estagiários ganham movimento e condições de se efetivarem. Para tanto, o docente orientador de estágio deve refletir acerca da condução do Estágio Supervisionado, buscando articular a teoria e a prática e, assim, estabelecer uma boa conduta no processo formativo do futuro docente. Finalizamos destacando o papel do professor orientador de estágio, de acordo com Uliana (2009)

fica claro que sua presença, acompanhando e orientando durante todo o processo de estágio, bem como os encontros individuais e coletivos são indispensáveis para que seja possível a construção da identidade docente, através de reflexões e da aproximação do aluno com a realidade na qual ele atuará (p. 4162).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apontamos a relevância do Estágio Supervisionado nos cursos de licenciatura ao oportunizar aos acadêmicos vivenciarem situações do seu futuro local de trabalho, ao lado de um professor que detém a prática docente, auxiliando-os na construção da sua própria prática docente. Desse modo, o estágio não deve ser proposto a partir de aspectos teóricos, pois é nesse momento da formação que o futuro docente inicia a construção de sua prática por meio da vivência de situações reais.

Enfatizamos sobre a necessidade de critérios de organização da matriz curricular, bem como a alocação de tempos e espaços curriculares, ao longo do processo formativo do docente,

que garantam a efetiva e concomitante relação entre teoria e prática, ambas fornecendo elementos básicos para o desenvolvimento dos conhecimentos e habilidades necessários à docência, conforme preconiza a legislação vigente.

Sob essa ótica que expressamos a nossa vivência e experiência na condução do Estágio Supervisionado nos cursos de licenciatura, por meio do qual encontramos oportunidades para (re)significar nossa identidade profissional e contribuir para a formação de novos colegas de profissão.

REFERÊNCIAS

ALARCÃO, I. **Formação Reflexiva de Professores**. Portugal: Editora Porto, 1996.

ANDRADE, A. M. A. O Estágio Supervisionado e a Práxis Docente. In: SILVA, M. L. S. F. (Org.). **Estágio Curricular: Contribuições para o Redimensionamento de sua Prática**. Natal: EdUFRN, 2005.

BAPTISTA, C. S. G. A importância da reflexão sobre a prática de ensino para a formação docente inicial em Ciências e Biológicas. **Ensaio Pesquisa em Educação em Ciências**, v. 5, n. 2, p. 4-12, 2003.

BOLFER, M. M. M. O. **Reflexões sobre prática docente: estudo de caso sobre formação continuada de professores universitários**. 238 p. 2008. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Metodista de Piracicaba – UNIMEP. Piracicaba, SP, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto nº. 87.497, de 18 de agosto de 1982**. Brasília: MEC, 1982.

_____. Ministério da Educação. **Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Brasília: MEC, 1996.

_____. Ministério da Educação. **Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008**. Dispõe sobre o estágio de estudantes. Brasília: MEC, 2008.

_____. Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação, Conselho Pleno. **Resolução CNE/CP nº 01, de 18 de fevereiro de 2002**. Brasília: MEC/CNE/CP, 2002 a.

_____. Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação, Conselho Pleno. **Resolução nº 02, de 1º de julho de 2015**. Brasília: MEC/CNE/CP, 2015.

CARVALHO, A. M. P.; GIL-PÉREZ, D. **A formação de professores de ciências: tendências e inovações**. São Paulo: Cortez, 2006. 8 ed. 120 p.

DINIZ-PEREIRA, J. A prática como componente curricular na formação de professores. **Educação**, v. 36, n. 2, p. 203-218, 2011.

FERNANDEZ, C. M. B.; SILVEIRA, D. N. Formação inicial de professores: desafios do estágio curricular supervisionado e territorialidades na licenciatura. In: **30ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação - ANPED**. Caxambu, MG. 2007.

FRANCISCO JUNIOR, W. E.; PETERNELE, W. S.; YAMASHITA, M. A formação de professores de química no estado de Rondônia: necessidades e apontamentos. **Química Nova na Escola**, v. 31, n. 2, p. 113-122, 2009.

LIBÂNEO, J. C. Didática e epistemologia: para além do embate entre a didática e as didáticas específicas. In: VEIGA, I. P. A.; D'Ávila, C. (Orgs.). **Profissão docente: novos sentidos, novas perspectivas**. Campinas: Papirus, 2008.

_____. Didática e práticas de ensino e a abordagem da diversidade sociocultural na escola. In: **Didática e Prática de Ensino: diálogos sobre a Escola, a Formação de Professores e a Sociedade**. Livro 4 do XVII Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino – ENDIPE. Fortaleza: Editora UECE, 2014. p. 127-147.

LORENCINI, A. As demandas formativas do professor de ciências. In: CAINELLI, M. R.; SILVA, I. F. (Orgs.) **O estágio na licenciatura: a formação de professores e a experiência interdisciplinar na Universidade Estadual de Londrina**. Londrina: UEL, p. 21-41, 2009.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez, 2001

PERRENOUD, P; THURLER, M. G.; MACEDO, L.; MACHADO, N. J.; ALESSANDRINI, C. D. **As competências para ensinar no século XXI: a formação dos professores e o desafio da avaliação**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. **Estágio e Docência**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2004.

SCHÖN, D. Formar professores como profissionais reflexivos. In: NÓVOA, A. (Org.). **Os professores e a sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1992.

ULIANA, E. R. Estágio Supervisionado: uma oportunidade de reflexão das práticas na formação inicial de professores de ciências. In: **IX Congresso Nacional de Educação – EDUCERE**. Pontifícia Universidade Católica do Paraná, PUC-PR. Curitiba, PR, 2009. p. 4152-4163.

ZEICHNER, K. M. Uma análise crítica sobre a “reflexão” como conceito estruturante na formação docente. **Educação & Sociedade**, v. 29, n. 103, p. 535-554, 2008.